

Só Questões



Concurso Público - Ano 2018

500

QUESTÕES

FUNDAMENTADAS

DO

DIREITO

PREVIDENCIÁRIO

Concurso do INSS



Acerte o alvo!

Wilma G. Freitas

O Diferencial das Concursos

500

Questões comentadas
Direito Previdenciário
Concurso INSS

APOSTILA AMOSTRA

**Para adquirir a apostila digital de 500 Questões comentadas de
Direito Previdenciário para concurso do INSS**

Acesse o site:



SUMÁRIO

• Apresentação.....	3
• Questões.....	4
• Respostas.....	170
• Bibliografia.....	290

APRESENTAÇÃO

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

O Direito Previdenciário vem sendo exigido nos conteúdos programáticos dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos, principalmente no concurso do INSS.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de um tema de Direito a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Por isso garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

QUESTÕES

- 1. Em relação ao direito previdenciário, julgue o item, se verdadeiro (V), ou falso (F).**

A seguridade social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar direitos que proporcionem a dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, as políticas públicas de ações afirmativas destinadas à população negra representadas, entre outras, pelo sistema de cotas para os negros, que garante vagas em universidade pública para um seguimento que, durante bastante tempo foi excluído pelas dinâmicas sociais, são exemplo de atendimento do mandamento constitucional para a seguridade social.

VERDADEIRO

FALSO

- 2. A filiação ao Regime Geral de Previdência Social está limitada à idade mínima permitida pela Constituição Federal para o exercício de atividade laborativa. Porém, existe uma única situação em que ocorre filiação antes da idade mínima, a qual é:**

a) Quatorze anos, no caso de menor aprendiz.

b) Dez anos, no caso de comprovada necessidade econômica da família.

c) Dezoito anos, no caso de estudante.

d) Doze anos, no caso de menor aprendiz.

3. Em relação ao direito previdenciário, julgue o item, se verdadeiro (V), ou falso (F).

A concessão dos benefícios de salário-família e auxílio-acidente independe de carência.

VERDADEIRO

FALSO

4. Com relação às espécies de prestações e aos beneficiários correspondentes, assinale a opção incorreta.

a) Aposentadoria por invalidez - segurado.

b) Pensão por morte - dependente.

c) Salário-família - segurado.

d) Auxílio-acidente - dependente.

e) Auxílio-doença - segurado.

5. Segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social é todo aquele que exerce atividade remunerada e não se vincula, por força de lei, a outro regime de previdência social.

São segurados obrigatórios da previdência social, dentre outros:

a) Empregados, dona-de-casa, trabalhador avulso.

b) Doméstico, estudante, o titular de firma individual urbana ou rural.

c) Doméstico, o titular de firma individual urbana ou rural, trabalhador avulso.

d) Segurado especial, desempregado, dona-de-casa.

6. Em relação ao direito previdenciário, julgue o item, se verdadeiro (V), ou falso (F).

O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, exceto se esta se deu em decorrência do cometimento de crime hediondo.

VERDADEIRO

FALSO

7. À luz da Seguridade Social definida na Constituição Federal, julgue os itens abaixo:

I. Previdência Social, Saúde e Assistência Social são partes da Seguridade Social.

II. A saúde exige contribuição prévia.

III. A previdência Social exige contribuição prévia.

IV. A assistência social possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada.

a) Todos estão corretos.

b) Somente I está incorreto.

c) II e IV estão incorretos.

d) I e II estão incorretos.

e) III e IV estão incorretos.

8. Em relação ao direito previdenciário, julgue o item, se verdadeiro (V), ou falso (F).

O auxílio-reclusão é um benefício previdenciário pago apenas aos dependentes do segurado que estejam recolhidos sob regime prisional fechado.

() VERDADEIRO

() FALSO

9. No tocante ao Direito Previdenciário, considere as seguintes assertivas:

I. No caso de perda da qualidade de segurado, para efeito de carência para a concessão dos benefícios de auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez e de salário-maternidade, o segurado deverá contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com os períodos previstos nos incisos I e III do caput do art. 25 da Lei 8.213/91.

II. O segurado aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente, observado o disposto no art. 101 da Lei 8.213/91;

III. Sempre que possível, o ato de concessão ou de reativação de auxílio-doença, judicial ou administrativo, deverá fixar o prazo de 12 meses para a duração do benefício.

Está(ão) correta(s):

a) I e III, apenas;

b) I, II e III;

- c) III, apenas
- d) II e III, apenas;
- e) I e II, apenas.

10. Nos termos da legislação previdenciária, assinale a assertiva correta a respeito da restituição e compensação de contribuições.

- a) Na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido, a contribuição não será atualizada monetariamente.
- b) Será admitida a restituição ou a compensação de contribuição a cargo da empresa, recolhida ao Instituto Nacional do Seguro Social, que, por sua natureza, tenha sido transferida ao preço de bem ou serviço oferecido à sociedade.
- c) Somente poderá ser restituída ou compensada contribuição para a seguridade social, arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.
- d) A restituição de contribuição ou de outra importância recolhida indevidamente, que comporte, por sua natureza, a transferência de encargo financeiro, será feita de imediato.
- e) Direito de pleitear judicialmente a compensação só pode ser exercido no prazo de cento e oitenta dias do pagamento.

RESPOSTAS

1.

Resposta: F
Fundamento
Art. 194, caput da CF

2.

Resposta: A
Fundamento
Dispõe o Art. 14 da Lei 8. 212/91 que é segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, na condição de menor aprendiz, podendo, assim, efetuar inscrição como empregado.
Art. 14 da Lei 8.212/1991

3.

Resposta: V
Fundamento
Art. 26, caput, I da Lei nº 8.213/1991

4.

Resposta: D
Fundamento
Têm direito ao auxílio - acidente o segurado empregado, segurado especial e o trabalhador avulso.

5.

Resposta: C
Fundamento
Os segurados obrigatórios são os seguintes: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial. O exercício de atividade remunerada sujeita a filiação obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social.
Art. 9º da RGPS

6.

Resposta: F
Fundamento

É devido o auxílio-reclusão, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço, desde que o seu último salário de contribuição seja inferior ou igual ao exigido em lei específica. Vale salientar que a concessão do auxílio-reclusão não fica condicionada ao tipo de crime cometido pelo segurado. O que importa é que o segurado tenha sido recolhido à prisão sob regime fechado ou semi-aberto.

Exclusão do direito à pensão para dependente condenado pela prática de crime doloso que tenha resultado **na morte do segurado**.

Art. 80, caput, parágrafo único da Lei 8.213/91

7.

Resposta: C

Fundamento

Comentário ao item II: saúde é direito de todos e dever do Estado. Para usufruir dos serviços públicos não é necessário que o paciente contribua com a seguridade social; este serviço é gratuito.

Item IV: A assistência social destina-se às pessoas que não possuem meios de prover a sua subsistência; obviamente aquelas que possuem, não poderão ser beneficiadas.

Art. 196 da Constituição Federal

8.

Resposta: F

Fundamento

Art. 116, caput, § 5º. RGPS

9.

Resposta: E

Fundamento

Art. 27-A da Lei 8.213/91

Art. 43, § 5º da Lei 8.213/91

Art. 60, § 11 da Lei 8.213/91

10.

Resposta: C

Fundamento

Art. 31, caput e art. 89, caput. Lei 8.212/1991

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 12ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 33ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2017.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 16ª Ed. rev. Atualizada. Editora Método, 2017.

MOTTA, Sylvio, **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**, 26ª ed. – Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2016.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 25ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2017.

DINIZ, Maria Helena M. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DINIZ, Maria Helena M. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Teoria Geral do Direito Civil**. 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DINIZ, Maria Helena M. **Código Civil Anotado**. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

DECRETO N 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999: Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003: Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943: Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013: Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015: Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.691, DE 14 DE MARÇO DE 2016: Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

LEI Nº 13.457, DE 26 DE JUNHO DE 2017: Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.

LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

500

Questões comentadas
Direito Previdenciário
Concurso INSS

LEI Nº 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018: Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.

COMO ADQUIRIR

35,00	500 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO - para o concurso do INSS
--------------	---

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) Depósito em conta

Favorecida: Vivian Alves Gomes de Freitas

Banco: BRADESCO

Agência: 3065 (Teófilo Otoni-MG)

Conta: 10039-0 (Corrente e poupança)

CPF: 049.774.563-19

OU

Favorecido: Vivian Alves Gomes de Freitas

Banco: CAIXA

Agência: 3662 (Teófilo Otoni-MG)

Operação: 013

Conta: 10964-9 (poupança)

CPF: 049.774.563-19

E

500

Questões comentadas
Direito Previdenciário
Concurso INSS

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**


Banco: **Banco do Brasil**

Agência: **0099-X (Cajazeiras)**

Conta: **29563-9 (Conta corrente)**

CPF: **049.774.563-19**

Envie para o nosso e-mail odiferencialconcursos@bol.com.br ou pelo

WhatsApp: (33) 991155186  os dados do depósito e o nome da apostila adquirida.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pagseguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

Maiores esclarecimentos:

TIM 041 (33) 99161.3584

OI 031 (33) 98897-7616

FIXO: 031 (33) 3522-9494

WhatsApp: (33) 991155186 

E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

500

Questões comentadas
Direito Previdenciário
Concurso INSS

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)

